

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e treze, reuniu-se o Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência - na sua sede, à Rua da Quitanda, nº 106, 3º andar, com a presença de dez membros, conforme lista de presença anexa. Verificada a presença de quórum, instalou-se a Reunião, presidida pelo Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Presidente do Conselho, e secretariada pela Representante dos Segurados do Poder Executivo, Sra. Francisca Rodrigues Talarico. A pauta desta reunião, encaminhada previamente aos Conselheiros, foi a seguinte:

Deliberação: Item 1. Devolução de imóvel na Rua do Rezende, nº 182; **Informes: Item 1.** Operação Rioprevidência; **Item 2.** Auditoria de Benefícios – Filha Maior; **Item 3.** Evolução de Benefícios; **Item 4.** COMPREV. O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, iniciou agradecendo a presença dos Conselheiros e, após as considerações iniciais, passou a palavra para o Diretor-Presidente do Rioprevidência, Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, que iniciou a discussão do **Item 1** da pauta de **Deliberação**. O Diretor-Presidente do Rioprevidência explicou que o Rioprevidência tem como obrigação legal fazer com que seus ativos gerem um retorno financeiro necessário para fazer frente as suas obrigações, e que o Fundo está depurando sua carteira imobiliária. O Sr. Gustavo Barbosa explicou que em 2007 a Autarquia contava com mais de mil imóveis, os quais, em sua grande maioria, não geravam retorno o suficiente à carteira imobiliária, além de dissipar recursos, configurando uma descapitalização do Fundo. Dessa forma, segundo o Diretor-Presidente, foi realizada a devolução de mais de 600 (seiscentos) imóveis por meio de Decreto, no ano de 2010, e, dentro deste contexto é apresentada a este CONAD mais uma deliberação relativa a devolução de imóvel. O Sr. Gustavo Barbosa passou a palavra ao Diretor de Administração e Finanças, Luiz Claudio Gomes, que apresentou as características do imóvel, localizado na Rua do Rezende, nº 182, Centro do Rio de Janeiro. Segundo o Diretor, o local contém cerca de 20 (vinte) unidades independentes e é um imóvel com características inadequadas para apurar renda, com uma faixa estreita e profunda, impossível de ser ocupada de forma a gerar retorno econômico. O Sr. Luiz Cláudio Gomes mostrou a localização por foto aérea, e comentou que, na semana anterior, uma das unidades do imóvel foi reintegrada ao Fundo. O Diretor enfatizou que o ideal seria que esse imóvel não ficasse com o Rioprevidência, mas repassado ao Governo do Estado para que fosse realizada alguma ação de caráter social. O Sr. Gustavo Barbosa comentou que esse é mais um exemplo que mostra como é complexa a atuação do setor público na administração de uma carteira imobiliária, e deu os exemplos de outros imóveis de difícil

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.

recuperação ou não aproveitamento econômico. O Diretor-Presidente propôs, então, a devolução ao Estado, para que o referido imóvel seja inserido em políticas sociais. Todos os Conselheiros concordaram com a devolução do imóvel ao Estado. Dando início aos **Informes**, abordou-se o **Item 1**. O Sr. Gustavo Barbosa disse que, conforme acordado com este Conselho, a Diretoria Executiva do Rioprevidência se comprometeu a apresentar nas próximas reuniões a atualização da operação de R\$ 6 bilhões (seis bilhões de reais), aprovada pelos Conselheiros na Reunião Extraordinária do dia 6 de setembro de 2013. Segundo o Diretor-Presidente do Rioprevidência, o valor de R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais), já autorizado pelo CONAD e também por autorização legislativa, deverá estar disponível até o final do mês de setembro, e a negociação do restante do valor está ocorrendo com o Banco do Brasil, tendo sido o Projeto de Lei encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), onde houve propostas de emendas, e está sendo analisado pela Secretaria da Casa Civil. Segundo o Sr. Gustavo Barbosa, os outros R\$ 5 bilhões (cinco bilhões de reais) previstos serão disponibilizados em tranches ao longo do ano de 2014, e a primeira parcela, no valor de R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais), deverá estar disponível para o Fundo no final do mês de janeiro de 2014. **Item 2**. O Diretor de Seguridade do Rioprevidência, Sr. Roberto Moisés dos Santos, iniciou sua apresentação sobre a Auditoria de Benefícios de Filha Maior com gráfico comparativo de pensionistas que espontaneamente se declararam casadas ou que declararam União Estável, tendo ambos os grupos assinado o Termo de Responsabilidade, com todos os procedimentos de prazo, de defesa e contraditório, totalizando 4.384 (quatro mil trezentas e oitenta e quatro) beneficiárias que provavelmente terão seu benefício suspenso, reduzindo as despesas em R\$ 41 milhões (quarenta e um milhões) ao ano para o Fundo. O Sr. Sergio Ruy Barbosa indagou se as que se recusaram a assinar o Termo tiveram o benefício cortado. O Sr. Roberto Moisés dos Santos explicou que estes benefícios já foram suspensos pelo Fundo. O Sr. Gustavo Barbosa elucidou que, com relação à União Estável, existe um rito para garantir a segurança jurídica do Fundo, que deve ser seguido para que não haja risco de perda de ações na Justiça, e informou que até o momento a Autarquia não perdeu nenhuma ação, havendo somente uma medida cautelar, a qual não é de mérito, mas somente para garantir que as reclamantes não fiquem sem pensão até a discussão dos casos delas. Segundo o Diretor-Presidente do Rioprevidência, isso é um fator extremamente favorável e mostra que o rito para garantir a segurança da Autarquia é o melhor caminho. Contudo, devido a esse rito, ainda não foram suspensas todas as 4.384 (quatro mil trezentas e oitenta e quatro) pensionistas, mas cerca de mil suspensões já ocorreram

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.

neste grupo. O Conselheiro informou que a Gerente de Atendimento do Rioprevidência, Sra. Cristina Soares Alves de Souza, tem a preocupação de chamar as pensionistas e dar ciência da suspensão, e que a pensionista, mesmo reconhecendo a União Estável, tem direito à ampla defesa, com um prazo mínimo, para que não haja fragilidade no processo. O Subprocurador Geral do Estado, Sr. Sergio Pyrrho, perguntou o porquê de as pensionistas com mais de um filho, que totalizam 14.326 (quatorze mil trezentas e vinte e seis) beneficiárias, terem tratamento diferenciado das que possuem apenas um filho. O Sr. Gustavo Barbosa explicou que, segundo a avaliação do Diretor Jurídico do Rioprevidência, Sr. Baltazar José Vasconcelos Rodrigues, a pensionista ter apenas um filho não necessariamente caracteriza União Estável. Contudo, a situação de três filhos ou mais com o mesmo pai oferece segurança maior para a caracterização de uma União Estável, o que reduz consideravelmente o número de pensionistas, e 1.052 (mil e cinquenta e duas) “Filhas Maiores” têm três filhos do mesmo pai. A Sra. Cristina de Souza informou que as chamadas “Filhas Maiores” que têm um filho somam 6.073 (seis mil e setenta e três) pensionistas, e as que têm dois filhos somam 1.551 (mil quinhentas e cinquenta e uma) pensionistas. O Sr. Sergio Ruy Barbosa perguntou se houve suspensão das “Filhas Maiores” que não compareceram ao recadastramento. O Sr. Gustavo Barbosa respondeu que sim. O Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, comentou que esta ação é importante por começar a inibir o pagamento de pensão indevida. O Sr. Gustavo Barbosa explicou que esta ação também terá um reflexo atuarial de forma que haverá uma redução no passivo atuarial do Fundo. Segundo o Diretor-Presidente do Rioprevidência, foi feita uma estimativa de diminuição de quase R\$ 3 bilhões (três bilhões de reais) nos próximos anos como resultado desta suspensão, o que é relevante, dado que o Fundo tem um déficit estrutural. O Sr. Roberto Moisés dos Santos disse que esse é um trabalho que está rendendo bons resultados: quase 15% (quinze por cento) das “Filhas Maiores” já não estão mais na folha de pagamento do Fundo, sem mencionar os casos que geraram reversão de pensão para a viúva, situação que atuarialmente é mais favorável à Autarquia porque o benefício da viúva tende a terminar mais rápido do que o da filha. O Sr. Gustavo Barbosa informou que o trabalho de Auditoria de Pensão de “Filhas Maiores” foi apresentado no Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência - CONAPREV e está sendo considerado como referência para outros Estados e Municípios adotarem a prática de redução do passivo atuarial. **Item 2.** O Sr. Roberto Moisés dos Santos apresentou gráficos com a Evolução dos Benefícios no Fundo, que no mês de agosto contava com 94.229 (noventa e quatro mil duzentas e vinte e nove)

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.

pensionistas e 65.159 pensões (sessenta e cinco mil cento e cinquenta e nove). Segundo o Diretor, hoje, com a redução do número de pensões, a Autarquia tem 94.020 (noventa e quatro mil e vinte) pensionistas. Apesar dos cortes de benefícios já realizados, são concedidas por mês, em média, 300 (trezentas) novas pensões, o que significa que este corte será superado com novas entradas, num ritmo mais lento, entre 3% (três por cento) e 3,5% (três e meio por cento) ao ano. Em resumo, uma evolução menor na quantidade de pensões a serem pagas. O Sr. Gustavo Barbosa disse que é necessário suspender as pensões indevidas, mas haverá um momento no qual o reflexo financeiro atuarial se esgotará. O Conselheiro informou, ainda, que há uma discussão deste tema no CONAPREV, com uma proposta feita ao Poder Legislativo Federal de restrição de algumas situações de pagamento de pensão: quanto à dependência presumida, ou quando o beneficiário receber uma parte da pensão, e não toda, por um determinado momento, como é comum na Europa, por exemplo, iniciativas que encontram muita resistência no Brasil. Passou-se ao **Item 3**. O Sr. Roberto Moisés dos Santos apresentou gráficos da Folha de Pagamento de Pensão e informou que, apesar de todos os esforços da equipe, a Folha de Pensão continua aumentando, devido à política de revisão de pensão, de manutenção de reajustes e do aumento vegetativo normal na Folha. Segundo o Diretor, houve um acréscimo de 11% (onze por cento) na Folha de Pensão, e hoje o valor é de R\$ 222,47 milhões (duzentos e vinte e dois milhões e quatrocentos e setenta mil reais). O Sr. Roberto Moisés dos Santos apresentou dados das aposentadorias, que abrangem 159 (cento e cinquenta e nove) mil beneficiários, informando que o valor da Folha de Aposentados do Poder Executivo foi de R\$ 578 milhões (quinhentos e setenta e oito milhões de reais), e que a Folha de Pagamentos total no mês de agosto foi de R\$ 953 milhões (novecentos e cinquenta e três milhões de reais), o que significa um aumento de 12,5% (doze vírgula cinco por cento). O Diretor de Seguridade continuou a apresentação com dados do benefício médio geral, que hoje é de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais), um pouco mais alto que o teto do benefício do INSS; do benefício médio do aposentado do executivo, que está em R\$ 3.630,00 (três mil seiscentos e trinta reais); do benefício médio da pensão cheia, que é de R\$ 3.310,00 (três mil trezentos e dez reais); e do benefício médio da pensionista cotista, que está em R\$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais). **Item 4**. O Diretor de Seguridade do Rioprevidência apresentou dados do COMPREV, que neste mês arrecadou R\$ 6,65 milhões (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), e no mês de agosto arrecadou R\$ 6,2 milhões (seis milhões e duzentos mil reais). O Sr. Roberto Moisés dos Santos informou que há problemas junto ao

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Ministério da Previdência e ao INSS para recuperar os ativos que não foram repassados ao Fundo como compensação, e que há uma média de 120 (cento e vinte) requerimentos aprovados pelo INSS, quando a área de Compensação Previdenciária (COMPREV) do Rioprevidência entrega àquele órgão cerca de 700 (setecentos) processos por mês. O Representante do Ministério Público, Sr. Pedro Paulo Marinho de Barros, perguntou qual é o saldo total de créditos recebidos do INSS. O Sr. Gustavo Barbosa explicou que hoje, o valor dos créditos é de cerca de R\$ 132 milhões (cento e trinta e dois milhões de reais), já reconhecidos pelo INSS, o chamado “estoque”, e que o potencial de arrecadação da Carteira de Compensação Previdenciária do Rioprevidência é de cerca de R\$ 700 milhões (setecentos milhões de reais), que dependem de aprovação do INSS. O Conselheiro elucidou, também, que o problema reside na pouca produção do INSS quanto aos processos enviados pela Autarquia. O Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, indagou se o Rioprevidência chegou a propor à União que devolvesse esse valor em Títulos Públicos para capitalizar o Fundo. O Sr. Gustavo Barbosa respondeu que sim, e que foi feita uma proposta à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para que integralizasse esse valor junto ao Rioprevidência em Títulos Públicos, mas não houve sucesso. O Sr. Roberto Moisés dos Santos completou a informação dizendo que o INSS está pagando R\$ 500 mil (quinhentos mil reais) por mês somente aos municípios que têm valor retido. O Sr. Gustavo Barbosa disse que essa parcela de R\$ 500 mil (quinhentos mil reais) por mês é inexecutável sob a ótica de quitação de dívida, e que o Fundo provou junto ao CONAPREV que esse valor mensal nunca conseguiria quitar a dívida com o Rioprevidência. O Sr. José Roberto Compasso perguntou qual é a receita de contribuição previdenciária mensal do Fundo. O Sr. Gustavo Barbosa respondeu que a receita corresponde a 32% (trinta e dois por cento) do Passivo do Rioprevidência, ou cerca de R\$ 3,5 bilhões (três bilhões e quinhentos milhões de reais). O Sr. José Roberto Compasso perguntou, então, se essa receita tende a diminuir após a entrada em funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPREV), no início deste mês. O Sr. Gustavo Barbosa explicou que sim, que a receita se reduziria com o RJPREV e, também, com a nova Lei de Segregação de Massas, mas de forma marginal, porque, concomitantemente, está sendo realizada a Auditoria de Benefícios, que está reduzindo o valor das despesas do Fundo. O Diretor-Presidente do Rioprevidência informou, ainda, que as receitas de Royalties somam cerca de R\$ 5,8 bilhões (cinco bilhões e oito milhões de reais) neste ano. A diferença é alcançada com a receita da operação financeira, aprovada por este

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.

CONAD, e com outras receitas, como a compensação previdenciária, que soma mais de R\$ 80 milhões (oitenta milhões de reais), adicionada aos Fundos FREMF e FUNDES, que rendem cerca de R\$ 400 milhões (quatrocentos milhões de reais). O Sr. José Roberto Compasso indagou se as receitas provenientes de Royalties e Participações Especiais tendem a diminuir. O Sr. Gustavo Barbosa respondeu que não, porque a produção, neste momento, está aumentando, e que, por volta do ano de 2023, deve começar a ter uma redução em função das condições de alguns poços de petróleo. E, dando continuidade à reunião, o Diretor-Presidente do Rioprevidência quis destacar a questão das reportagens em jornais e revistas sobre um “esquema” que fraudava os Fundos de Previdência dos Estados e Municípios. O Conselheiro informou que esse tipo de ação seria muito difícil ser realizado no Rioprevidência, uma vez que a Autarquia implantou diversos controles internos, dificultando atos desse tipo. Segundo o Sr. Gustavo Barbosa, esses controles internos têm como parâmetro as definições do Plano Anual de Investimento (PAI), aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo; as determinações do Comitê de Investimentos, que se reúne mensalmente, e é composto por membros do Rioprevidência; da Secretaria Estadual de Fazenda (SEFAZ); e da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), além de cumprir as exigências da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN). O Sr. Gustavo Barbosa pediu, ainda, ajuda aos Conselheiros para que sensibilizassem a área de Recursos Humanos dos seus respectivos órgãos quanto ao envio de dados para a Avaliação Atuarial, de forma a não comprometer a prestação de contas do Estado, e ofereceu ajuda técnica caso algum órgão necessite. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Presidente do Conselho de Administração, Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, e eu, Primeira Secretária, Francisca Rodrigues Talarico, lavrei a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e por todos os Conselheiros presentes.

Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

**ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.**

Continuação das assinaturas dos presentes na 58ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração,
realizada em 24 de setembro de 2013.

Arthur Vieira Bastos

Representante do Secretário de Estado da Casa Civil

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

Secretário de Estado de Fazenda

Sergio Pyrrho

Subprocurador-Geral do Estado

Gustavo de Oliveira Barbosa

Diretor-Presidente do Rioprevidência

Francisca Rodrigues Talarico

Representante dos Segurados do Executivo
1ª Secretária do Conselho de Administração

Pedro Paulo Marinho de Barros

Representante do Ministério Público

**ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013.**

Continuação das assinaturas dos presentes na 58ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração,
realizada em 24 de setembro de 2013.

Nilson Bruno Filho
Representante da Defensoria Pública

Roberto Lúcio Cordeiro
Representante da ALERJ

José Roberto Portugal Compasso
Representante do Tribunal de Justiça do RJ

Mauro da Silva Thomaz
Representante dos Segurados do TCE